

## INQUÉRITO 4.884 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**AUTOR(A/S)(ES)** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**AUT. POL.** : POLÍCIA FEDERAL  
**INVEST.(A/S)** : JOSÉ MEDEIROS  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

### DECISÃO

Trata-se de inquérito instaurado, a pedido da Procuradoria-Geral da República, em razão da existência de indícios da prática do crime previsto no art. 20, § 2º, da Lei 7.716/89 por JOSÉ MEDEIROS, atualmente exercendo o cargo de Deputado Federal.

Segundo a narrativa ministerial, no dia 25/2/2021, em postagem na rede social Twitter, o Deputado Federal JOSÉ MEDEIROS teria se manifestado de forma discriminatória e contra a comunidade negra, da seguinte maneira:

*“a cidadão Luisete Costa externou, em sua página na referida rede social, posicionamento no sentido de ser favorável à abertura de comissão parlamentar de inquérito a fim de que fosse apurada a postura de políticos diante da situação de pandemia por causa do coronavírus vivenciada no país”.*

O parlamentar teria então retrucado a referida cidadã, chamando-a de “mulamba”, *“expressão utilizada, de forma ofensiva, contra o grupo social mencionado”*, nos termos seguintes:

Luisete Costa: “A CPI da pandemia precisa acontecer. E impeachment, que dizem que desorganizaria o país, não pode ser pior e mais traumático do que a gestão de um psicopata disposto a deixar que morram 250 mil, 500 mil, um milhão de brasileiros.”

José Medeiros: “Mulamba... vai atrás de voto, na faixa não

vai levar não."

O Ministério Público entendeu, assim, que (a) *“em discriminação negativa à raça negra, o parlamentar fez alusão a um termo de origem angolana, o qual remonta à época da escravidão, para se referir à cidadã mencionada na rede social. Com esse comportamento, ele, em tese, teria ofendido à dignidade da pessoa, considerada coletivamente”*; (b) *“o teor da mensagem do congressista tem o condão de possivelmente evidenciar o dolo de uma conduta discriminatória e preconceituosa contra a comunidade negra, além do especial estado de ânimo consubstanciado na intenção, livre e consciente, de menosprezar esse grupo social”*; e (c) *“no cenário fático apresentado, verifica-se que a conduta praticada pelo deputado não estaria contida nos limites da liberdade de manifestação do pensamento, a qual não é revestida de caráter absoluto nem ilimitado”*.

Na decisão de instauração de inquérito (eDoc. 3), datada de 16/11/2021, foram determinadas as seguintes diligências:

(a) a expedição de ofício à empresa Twitter para que proceda à preservação do conteúdo da referida postagem do parlamentar (indicada pela Procuradoria-Geral da República no link <https://twitter.com/Luizette/status/1365380025344753666>); e

(b) à Polícia Federal que proceda à oitiva, no prazo de 10 (dez) dias, do Deputado Federal JOSÉ MEDEIROS.

A Polícia Federal, após ouvir o parlamentar, apresentou relatório final (eDoc. 18), por meio do qual concluiu o seguinte:

*“(...) observa-se que a autoria do fato permanece incontroversa, uma vez que o Deputado Federal JOSÉ MEDEIROS reconhece haver sido ele quem escreveu a publicação em comentário, bem como que a expressão utilizada foi a pretendida por ele. No entanto, defende que a conotação que visava conceder não possuía qualquer teor racial, afirmando que desconhecia esta acepção da palavra empregada.”*

Regularmente intimada (eDoc. 21), a Procuradoria-Geral da República afirmou, em síntese, que: **(a)** não se coletou a devida justa causa (art. 395, inciso III do Código de Processo Penal) de que o Deputado Federal JOSÉ MEDEIROS tenha agido com dolo direto ou eventual de praticar, induzir ou incitar preconceito ou discriminação, notadamente porque a palavra em apreço ('mulamba') não se amolda, semanticamente, às elementares do tipo penal previsto no art. 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89, ou seja, não é atrelada, correntemente, de modo direto e usual a um sentido de cunho racial, de cor, étnico, religioso ou de procedência nacional, ao alcance intelectual do investigado; **(b)** o Deputado Federal, em depoimento na PF, esclareceu que a ofensa foi proferida em contexto de discussão política com outro parlamentar e que a utilização da palavra 'mulamba' não foi usada com teor racial; **(c)** não há provas convincentes do dolo do crime de racismo na conduta investigada (art. 395, inciso III, c/c art. 397, inciso III, ambos do Código de Processo Penal), pois ausente o elemento subjetivo do injusto ante a inexistência de demonstração inequívoca de que a ofensa irrogada fora derivada de preconceito ou discriminação, seja de cunho racial, seja de cor; **(d)** a potencial tese de injúria qualificada pelo elemento racial do art. 140, § 3º do Código Penal não foi perfectibilizada, dado o significado da palavra usada nos dias de hoje; **(e)** remanesce a ofensa proferida pelo parlamentar JOSÉ MEDEIROS, a qual se subsume, na realidade, ao crime de injúria simples (art. 140 do Código Penal), que somente se procede mediante queixa; e **(f)** embora fosse possível notificar a ofendida para deflagrar facultativamente a ação penal privada, a providência não será mais útil em virtude da implementação do termo *ad quem* do prazo decadencial do art. 38 do Código Penal.

Ao final, requer o Ministério Público:

- (i) a desclassificação do crime de racismo (art. 20, § 2º, da Lei 7.716/89) para o crime de injúria simples (art. 140, *caput*, do Código Penal);
- (ii) e, após, a decretação da extinção da punibilidade pela

**INQ 4884 / DF**

decadência (art. 103 c/c art. 107, inciso IV, do Código Penal), com o conseqüente arquivamento da investigação, fulcrado no art. 61 e art. 397, inciso IV, ambos do Código de Processo Penal, ressalvado o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

É o relatório. DECIDO.

Considerando que a conduta investigada nestes autos ocorreu, por meio da rede social Twitter, em 25/2/2021, ou seja, há mais de 11 (onze) meses, antes de analisar o decurso do prazo decadencial apontado pela Procuradoria Geral da República, INTIME-SE A VÍTIMA LUISETE COSTA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre eventuais providências que tenha tomado no âmbito penal.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se. Intime-se.

Cumpra-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*